



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 5312/989/18
Poder LEGISLATIVO
Município Paulínia
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Período 12/2018
Relator Dr. Sidney Estanislau Beraldo
Unidade Fiscalizadora UR-03 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS
Responsável Ednilson Cazellato
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 149.876.688-90
Período de Gestão 01/01/2018 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções N° 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA	R\$ 0.00	R\$ 294.741,07
------------------------------	----------	----------------

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA	R\$ 1.362.796,40	R\$ 293.389,78	R\$ 1.351,29

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA	R\$ 0.00	R\$ 1.362.796,40	R\$ 147.370,65

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2017	R\$ 21.727.224,99	R\$ 1.281.791.856,36	1,6951%	6,0000%
4/2018	R\$ 22.054.964,86	R\$ 1.180.746.175,58	1,8679%	6,0000%
8/2018	R\$ 22.515.802,83	R\$ 1.202.376.065,71	1,8726%	6,0000%
12/2018	R\$ 22.585.348,93	R\$ 1.218.215.150,81	1,8540%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2018	R\$ 22.389.954,78	R\$ 1.186.165.139,01	1,8876%	1,8876%
7/2018	R\$ 22.501.450,74	R\$ 1.211.064.374,07	1,8580%	1,8876%
8/2018	R\$ 22.515.802,83	R\$ 1.202.376.065,71	1,8726%	1,8876%
9/2018	R\$ 22.537.251,41	R\$ 1.108.727.746,04	2,0327%	1,8876%
10/2018	R\$ 22.552.865,28	R\$ 1.215.215.713,05	1,8559%	1,8876%
11/2018	R\$ 22.621.624,69	R\$ 1.211.744.880,14	1,8669%	1,8876%

12/2018	R\$ 22.585.348,93	R\$ 1.218.215.150,81	1,8540%	1,8876%
---------	-------------------	----------------------	---------	---------

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2018, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,8540%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2018, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco". Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2018, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 3.375.873,49
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 331.478,09
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 3.044.395,40
<hr/>	
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 1.362.796,40
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 1.362.796,40
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-55,2359%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 294.741,07	R\$ 1.362.796,40	R\$ 294.741,07	R\$ 1.362.796,40

Consignações	R\$ 0,00	R\$ 5.839.508,17	R\$ 5.839.508,17	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 110.915,14	R\$ 110.915,14	R\$ 0,00
Outros	R\$ 1.126.421,29	R\$ 31.070.768,23	R\$ 30.684.885,36	R\$ 1.512.304,16
Total	R\$ 1.421.162,36	R\$ 38.383.987,94	R\$ 36.930.049,74	R\$ 2.875.100,56

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 49,57%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasso total da Prefeitura	R\$ 34.300.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 1.180.474,99
Despesas com folha de pagamento	R\$ 17.597.878,75
Despesa com folha/Transferências realizadas	49,57%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 1.218.694.987,04
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 1.218.694.987,04
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 1.029.748,92
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite (sem CIP)	0,08%
Apuração do limite (com CIP)	0,08%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,08%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	100128
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 1.218.694.987,04
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 1.218.694.987,04
Percentual Máximo Permitido	6,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 73.121.699,22
Total de Despesas do exercício	R\$ 27.118.062,94
Percentual Apurado (sem CIP)	2,23%
Percentual Apurado (com CIP)	2,23%

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 2,23%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 26/04/2019

Hora da Geração: 23:38:56